



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 590/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal.
- Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 – Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, tendo por objetivo assegurar os direitos sociais da pessoa idosa e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.
- Lei Federal nº 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a adoção de práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de trabalho ou de sua manutenção, inclusive por motivo de idade, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Prioriza o atendimento às pessoas idosas (≥ 60 anos) em órgãos públicos, empresas concessionárias de serviços públicos, instituições financeiras e transporte coletivo, entre outros (atendimento prioritário).
- Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa – Dispõe sobre os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, assegurando proteção à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à educação, à cultura, ao trabalho, ao esporte, ao lazer e à participação social, além de estabelecer que nenhuma pessoa idosa será objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão.
- Lei Federal nº 14.423, de 22 de julho de 2022 – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.
- Lei Estadual nº 11.369, de 28 de março de 2003 – Veda qualquer forma de discriminação racial, contra a pessoa idosa, a pessoa portadora de necessidades especiais e a mulher, e dá outras providências. A lei proíbe expressamente a discriminação contra a pessoa idosa e descreve condutas discriminatórias.
- Lei Estadual nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007 – Consolida a legislação estadual relativa à pessoa idosa no Estado de São Paulo, reunindo normas e princípios de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

proteção, dignidade, saúde, participação social e integração comunitária, vedando qualquer forma de discriminação contra a pessoa idosa.

- Decreto Estadual nº 58.047, de 15 de maio de 2012 – Institui o Programa São Paulo Amigo do Idoso, com ações de apoio a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade.
- Lei Estadual nº 16.079, de 22 de dezembro de 2015 – Cria o Programa de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda “Via Rápida”, nas modalidades “Via Rápida Emprego”, “Via Rápida 18”, “Via Rápida Expresso” e “Via Rápida Econômico”, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto nº 62.033/2016.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 11.242, de 24 de setembro de 1992 – Cria o Grande Conselho Municipal do Idoso, órgão de participação social dedicado à formulação, avaliação e fiscalização de políticas públicas para pessoas idosas no município.
- Lei Municipal nº 11.607, de 13 de julho de 1994 – Dispõe sobre a criação de Oficinas Abertas de Trabalho para ensino e profissionalização de deficientes físicos.
- Decreto Municipal nº 35.177, de 7 de junho de 1995 – Oficializa o Programa de Atendimento à Terceira Idade – PATI, aprova a Política Municipal de Atendimento à Terceira Idade e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 12.270, de 19 de dezembro de 1996 – Cria o abrigo para idosos no Município de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.178, de 17 de setembro de 2001 – Institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho do Município de São Paulo e dá outras providências, com alteração.
- Lei Municipal nº 13.324, de 8 de fevereiro de 2002 – Institui o Sistema Público de Emprego no Município de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.799, de 19 de março de 2004 – Dispõe sobre normas do Programa Começar de Novo – PCN e revoga a Lei nº 13.162, de 5 de julho de 2001.
- Lei Municipal nº 13.808, de 12 de maio de 2004 – Institui o Programa “Capacitação Ocupacional e Utilidade Coletiva” – PCOUC, no Município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 13.834, de 27 de maio de 2004 – Política Municipal do Idoso – Institui a Política Municipal do Idoso, com objetivos de promover autonomia, integração e participação efetiva das pessoas idosas na sociedade, estabelecendo princípios relacionados à cidadania, dignidade, bem-estar social e proteção contra discriminação.
- Lei Municipal nº 13.841, de 7 de junho de 2004 – Dispõe sobre normas do Programa Bolsa-Trabalho – PBT e revoga a Lei nº 13.163, de 5 de julho de 2001. Regulamentada pelo Decreto nº 45.400/2014.
- Lei Municipal nº 13.997, de 10 de junho de 2005 – Dispõe sobre o combate ao vício do jogo na Cidade de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.254, de 28 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a ampliação das bolsas-treinamento e a revalorização das bolsas-auxílio previstas na Lei nº 13.392, de 17 de julho de 2002.
- Lei Municipal nº 14.727, de 15 de maio de 2008 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o “Programa Movimentando a Terceira Idade” e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.905, de 6 de fevereiro de 2009 – Cria o “Programa de Envelhecimento Ativo”, prevendo ações voltadas à assistência integral da pessoa idosa e à conscientização da população sobre o envelhecimento humano no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 15.100, de 6 de janeiro de 2010 – Inclui a Semana Municipal de Prevenção de Acidentes Domésticos de Idosos, a ser realizada anualmente na última semana do mês de setembro.
- Lei Municipal nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012 – Cria o Fundo Municipal do Idoso – FMID, destinado ao financiamento de programas e ações relativos à pessoa idosa.
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico.
- Lei Municipal nº 16.061, de 13 de agosto de 2014 – Institui o Programa Cuidador de Idosos no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016 – Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE).



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 16.523, de 22 de julho de 2016 – Institui o título “Empresa Amiga do Idoso”, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.642, de 9 de maio de 2017 – Aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo e introduz alterações nas Leis nº 15.150/2010 e nº 15.764/2013.
- Decreto Municipal nº 57.906, de 1º de outubro de 2017 – Regulamenta a Lei nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012, que criou o Fundo Municipal do Idoso – FMID.
- Lei Municipal nº 16.831, de 6 de fevereiro de 2018 – Dispõe sobre o acesso a informações dos programas sociais, políticas públicas ou equipamentos públicos destinados a idosos mantidos pelo Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.255, de 26 de dezembro de 2019 – Institui o Programa de Incentivo à Manutenção do Emprego – PIME no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.271, de 14 de janeiro de 2020 – Institui o Programa Ativa Idade, destinado a promover a reinserção de idosos no mercado de trabalho.
- Lei Municipal nº 17.451, de 9 de setembro de 2020 – Institui os Jogos Municipais dos Idosos – JOMI, promovendo práticas esportivas, socialização e integração das pessoas idosas na vida comunitária local.
- Lei Municipal nº 17.452, de 9 de setembro de 2020 – Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – Dispõe sobre a organização e as competências do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – CMI, responsável pela elaboração de diretrizes, acompanhamento e avaliação da política municipal da pessoa idosa e pela defesa e promoção de seus direitos.
- Lei Municipal nº 17.638, de 9 de setembro de 2021 – Disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização.
- Lei Municipal nº 17.691, de 19 de outubro de 2021 – Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, no âmbito do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.898, de 11 de janeiro de 2023 – Dispõe sobre o Serviço de Recebimento de Denúncias de Violações de Direitos dos Idosos em âmbito municipal e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 17.911, de 17 de janeiro de 2023 – Determina a inclusão, em página oficial da Administração Municipal, de aba específica que reúna todos os serviços municipais à disposição das pessoas idosas, bem como os benefícios que lhes são concedidos por lei.
- Lei Municipal nº 18.010, de 27 de outubro de 2023 – Dispõe sobre a substituição do pictograma de sinalização indicativa de assentos, filas e outros serviços prioritários para a pessoa idosa.
- Lei Municipal nº 18.096, de 22 de março de 2024 – Inclui § 3º no art. 1º da Lei nº 16.736, de 1º de novembro de 2017, dispondo sobre a acessibilidade dos fraldários instalados ou a serem instalados em shopping centers e estabelecimentos similares.
- Lei Municipal nº 18.193, de 11 de dezembro de 2024 – Autoriza a instituição do Programa Educação Aberta para a Terceira Idade.
- Lei Municipal nº 18.233, de 8 de maio de 2025 – Altera a Lei nº 14.485/2007 para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal de Enfrentamento e Combate ao Idadismo, realizado anualmente em 7 de outubro.
- Lei Municipal nº 18.340, de 27 de novembro de 2025 – Altera a Lei nº 14.485/2007 para incluir a Parada da Longevidade no Calendário de Eventos do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 18.381, de 7 de janeiro de 2026 – Autoriza a implantação do Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 18.385, de 7 de janeiro de 2026 – Dispõe sobre o Programa dos Cuidadores Públicos, destinado à capacitação e remuneração, pelo Poder Público, de pessoas residentes nas áreas periféricas da Capital para cuidar de pessoas idosas também residentes na periferia.
- Lei Municipal nº 18.436, de 6 de abril de 2026 – Altera a Lei nº 14.485/2007 para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Combate ao Etarismo, realizado anualmente em 2 de outubro.
PL 640/2026 Dispõe sobre as diretrizes para a promoção da acessibilidade universal nos espaços, equipamentos e serviços públicos do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 637/2026 Institui o Programa Municipal Universidade 60+ SP, destinado a incentivar a concessão de bolsas de estudo e a inclusão de pessoas idosas em



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

instituições privadas de ensino superior estabelecidas no Município de São Paulo, cria o Selo Universidade Amiga da Pessoa Idosa e dá outras providências.

PL 634/2026 Institui diretrizes para o atendimento domiciliar de segurança alimentar e nutricional às pessoas idosas residentes no empreendimento Vila dos Idosos, acompanhadas pelo Programa Acompanhante de Idosos – PAI ou por serviço público municipal equivalente, e dá outras providências.

PL 631/2026 Institui a Política Municipal de Busca Ativa, Informação e Apoio à Matrícula na Educação de Jovens e Adultos – EJA, mediante a realização de ações itinerantes no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 629/2026 Institui o Programa Mobiliza Sampa, destinado à integração de informações, planejamento de viagens e meios de pagamento entre diferentes modalidades de transporte e de micromobilidade no Município de São Paulo, e dá outras providências

PL 627/2026 Dispõe sobre a instalação e o funcionamento de sistema de informação sonora nos veículos do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo, com a finalidade de promover acessibilidade, segurança e autonomia aos usuários, especialmente às pessoas com deficiência visual, e dá outras providências.

PL 625/2026 Altera a Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004, que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – PROAURP no Município de São Paulo, para permitir a implantação de hortas comunitárias em parques lineares municipais, e dá outras providências.

PL 623/2026 Institui a Política Municipal de Atendimento Odontológico Comunitário nos Clubes da Comunidade – CDCs, mediante a implantação de Núcleos Comunitários de Saúde Bucal, e dá outras providências.

PL 618/2026 Institui o Programa Municipal de Desconcretagem e Requalificação Ambiental dos Canteiros Arbóreos, como instrumento da política municipal de adaptação às mudanças climáticas, proteção da arborização urbana e ampliação da infraestrutura verde, e dá outras providências.

PL 598/2026 Institui a Política Municipal de Promoção da Equidade Étnico-Racial e da Educação Antirracista na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, estabelece diretrizes para o enfrentamento ao racismo institucional e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 593/2026 Institui o Programa Municipal de Fornecimento e Distribuição Gratuita de Repelentes no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 580/2026 Dispõe sobre a instalação de corrimãos nas escadarias públicas implantadas, reconstruídas ou requalificadas pelo Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 575/2026 Institui o Serviço Família Acolhedora da Pessoa Idosa no Município de São Paulo.

PL 553/2026 Institui o Protocolo Municipal de Preparação e Resposta a Eventos Climáticos Extremos Associados ao Fenômeno El Niño no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 457/2026 Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir cursos de cuidadores de pessoas idosas, e dá outras providências.

PL 482/2026 Dispõe sobre a criação da Ouvidoria Especial de Proteção à Pessoa Idosa no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 470/2026 Altera a Lei nº. 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o DIA DO TURISMO AMIGO DO IDOSO, e dá outras providências.

PL 394/2026 Impõe sanções administrativas à práticas e atos discriminatórios contra pessoas idosas na cidade de São Paulo, e dá outras providências.

PL 328/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Atendimento Especializado à Pessoa Idosa Neurodivergente no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 204/2026 Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, inclusive em meios digitais, e dá outras providências.

PL 170/2026 Institui o Programa Municipal Caminhos Seguros para garantir infraestrutura, planejamento urbano e segurança preventiva com foco na prevenção da violência contra a mulher no Município de São Paulo.

PL 328/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Atendimento Especializado à Pessoa Idosa Neurodivergente no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 1400/2025 Autoriza a criação da Secretaria Municipal do Idoso do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1166/2025 Dispõe sobre a criação do Programa de Unidades Móveis de Cidadania LGBTQIA+ para atendimento prioritário à população idosa no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1165/2025 Dispõe sobre a criação de Núcleos de Atenção e Convivência de pessoas LGBTQIA+ Idosas nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) localizados em regiões periféricas do Município de São Paulo, visando à promoção da saúde, cultura, proteção social e inclusão dessa população.

PL 1116/2025 Institui a Política Municipal de Diagnóstico Tardio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em adultos e idosos no Município de São Paulo, estabelecendo diretrizes para sua identificação, acolhimento e encaminhamento, e dá outras providências.

PL 1114/2025 Institui o Programa de Mentoria Sênior de São Paulo – "Conecta 60+", e dá outras providências.

PL 809/2025 Cria a Política Municipal de Promoção dos Direitos e Atenção Integral às Pessoas Idosas LGBTQIA+.

PL 652/2025 Institui o Programa denominado "Lar Transcestral" de Acolhimento de Longa Permanência para Pessoas Idosas LGBTQIA+ no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 650/2025 Institui o Fundo Municipal de Promoção dos Direitos LGBTQIA+ (FUMLGBT-SP) e dá outras providências.

PL 432/2025 Dispõe sobre medidas de enfrentamento ao etarismo no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 293/2025 Institui a Política Municipal de Cuidados.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 11 de agosto de 2026.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068